



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

PROJETO DE LEI N. 03/95-L

Autoria: Ver. Sélvio Milbradt

REDUZ, TEMPORARIAMENTE, PERCENTUAIS
DAS MULTAS POR ATRAZO NO PAGAMENTO DE
TRIBUTOS, PREVISTOS NA LEI 770/90.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - As multas previstas no Art. 142, II, a, da Lei Municipal nº. 770/90, vigorarão com seus percentuais reduzidos em 50% (cinquenta por cento) no período de 15 de outubro a 15 de dezembro de 1995.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

AGUDO/RS, AOS ...

Prefeito Municipal

Agudo, 02 de outubro de 1995.

Câmara de Vereadores
DESPACHO

ARQUIVE-SE.-x-x-x-x-x-

EM 10/10/95

Selvio Milbradt
Presidente

Selvio Milbradt
Ver. Sélvio Milbradt

CÂMARA MUNICIPAL
AGUDO
RETIRADO
09/10/95



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

PROJETO DE LEI Nº. 03/95-L - 2

JUSTIFICATIVA

Apresentamos à tramitação o presente Projeto de Lei com o qual pretendemos que haja uma espécie de anistia parcial aos devedores do erário público.

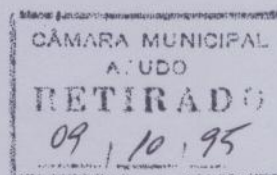
Prática da qual lançam mão muitos administradores, quando desejam ver diminuído o contingente lançado nas contas de devedores de seus empreendimentos, também Administradores Públicos, quando se vêem envoltos com o dilema - *arrecadar agora, ainda que menos, ou lançar à dívida ativa e receber em ocasião incerta*, não têm exitado em lançar mão deste expediente.

Bem sabemos que o Município de Agudo passa por momentâneas dificuldades financeiras. E, nesta contingência é altamente salutar poder propiciar recursos para fazer frente às despesas inerentes ao administrar.

O Chefe do Executivo Municipal, em recente manifestação pública, estimou que os valores devidos ao erário municipal, já vencidos, alcançam, seguramente, mais de cinquenta mil reais. Considerou, para tanto, apenas o principal, ou seja, o valor originalmente devido, sem acréscimos legais decorrentes da inadimplência.

Ora, se é possível ao Município arrecadar este considerável montante, por que não instrumentar que tal ocorra justamente quando esta arrecadação é efetivamente necessária?!

Propôr anistia parcial - com redução do percentual da multa em 50% - é prática válida, ainda mais se considerarmos que o contribuinte de nossa praça deixa de cumprir suas obrigações financeiras em situação de extrema necessidade. Assim sendo, não se trata de premiar a desídia de pagar. Trata-se sim de propiciar àqueles que não puderam pagar seu débito com o cofre municipal quando deviam fazê-lo, tenham facilitado o cumprimento deste compromisso, mediante a redução do percentual da multa.





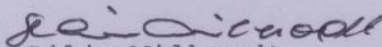
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

PROJETO DE LEI N°. 03/95-L - 3

Por derradeiro, distintos pares desta Casa Legislativa, reconhecemos a indisposição da presente iniciativa, para com relação aos preceitos constitucionais. Diz a Constituição Federal que legislar sobre matéria tributária é questão privativa do Executivo. Todavia, dado ao mérito da matéria, atrevemo-nos a desconhecer esta regra, e com o peso da responsabilidade de quem sabe que faz o que - via de regra - não deveria fazer, entregamos aos membros do plenário desta Casa o veredicto sobre a questão.

Sala das sessões, aos 02 de outubro de 1995.

Cordialmente.


Ver. Sélvio Milbradt





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE AGUDO

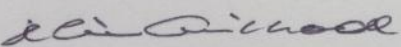
Ao Plenário da Câmara Municipal de Agudo.

O Vereador infra-assinado, na condição de autor do Projeto de Lei nº. 03/95-L, vem requerer retirada de tramitação daquela matéria.

N.T.

P. Derefimento.

Sala das Sessões, aos 09 de outubro de 1995.


Ver. Selio Milbradt

